

nota de conjuntura



Turquia: um teste para a Europa. Identidades européias e identificações nos discursos midiáticos turcos, belgas e franceses

Gaelle Rony

A Turquia introduziu a sua candidatura de membro associado em 31 de julho de 1959 diante da Comunidade Européia do Tratado de Roma, fundada em 1957. Ela ainda não é membro efetivo da União Européia (U.E.). A questão da adesão da Turquia à U.E. atravessou a história da construção européia, e dissemina hoje conflitos e polêmicas. De fato, ela coloca em jogo a definição da identidade européia: não somente a identidade de uma Europa constitucional e política, mas a identidade vivida, construída dos europeus. A Turquia deve entrar na U.E.? Responder, quando se é turco, francês ou belga, é dizer o que significa ser europeu, quem o é, e por quê. Este artigo trata dos debates midiáticos sobre a adesão da Turquia à U.E., na medida em que é um “trabalho de confrontação simbólica”, no qual as interações entre agentes sociais fazem e desfazem as identificações dos europeus e dos não-europeus (Windisch, 2002:227). Essa imbricação entre processos discursivos e negociações de identificação foi analisada, de um lado, nas entrevistas efetuadas com jornalistas líderes de opinião sobre o assunto Europa/Turquia,¹ e, de outro, nos editoriais e nas crônicas políticas dos jornais *Le Monde* e *Le Parisien* (para a França), *Le Soir* e *La Libre Belgique* (para a Bélgica), *Zaman* e *Hürriyet* (para a Turquia),² durante as cúpulas européias, que tiveram por objeto a ampliação da U.E., de Luxemburgo em dezembro de 1997, de Helsinque em dezembro de 1999 e de Bruxelas em 2004.³ Como veremos, o objeto da luta de identificações se condensa, em última análise, em uma necessidade de reconhecimento de uma auto-identificação: ser europeu. Na incerteza quanto ao sentido e ao valor da identidade européia, a reativação e a composição da fronteira Turquia/Europa agem como um recurso identitário. Essa linha de interpretação permite compreender o que constitui toda declaração sobre a Turquia, como aquela do Papa Bento XVI, em junho de 2007, daí em diante favorável à aproximação da Turquia e da U.E., ou aquela mais reticente do presidente francês Sarkozy, em agosto de 2007.

Adotamos uma postura construtivista, poderíamos dizer até radical, em que o agente social constrói o conhecimento do mundo e o próprio mundo através da linguagem e das suas ações.⁴ Além disso, esta pesquisa está centrada no paradigma da comunicação política. Lembremos que esta – que não se reduz ao estudo dos discursos dos políticos – visa ler, a partir dos seus funcionamentos discursivos, uma atualidade política. Ela se vincula à dimensão complexa e cotidiana desta última. Enquanto método indutivo e interdisciplinar, ela parte da análise das motivações dos agentes sociais e das significações que estes fazem da sua realidade. O paradigma da comunicação política permite se confrontar com a realidade vivida, coisa inalcançável através de um quadro de pensamento mecânico, preestabelecido.

INTERAÇÕES U.E.-TURQUIA

Um tal ângulo de aproximação pode surpreender. O pedido de adesão da Turquia à U.E. é geralmente abordado como uma longa seqüência de cálculos de poder, de interesses econômicos e geoestratégicos. As relações diplomáticas são então reconstruídas em uma visão linear da história, na qual a Turquia caminhará para a Europa como quem avança para o progresso. Além disso, elas são estudadas a partir das motivações da Turquia de se ancorar na Europa, mas pouco a partir daquelas da U.E. Nessa perspectiva, a entrada da Turquia na U.E. dependeria somente da sua boa vontade em resolver o conflito com o Chipre, da sua capacidade em atender às condições de Copenhague⁵ e, mais amplamente, em satisfazer um desenvolvimento político e econômico elevado. Ora, se esses últimos fatores parecem ser necessários para compreender por que a Turquia não aderiu ainda efetivamente à U.E.; eles não são suficientes. De fato, esse tipo de explicação tira a força dos discursos que agem em filigrana nas relações turco-européias, e a reduz, na melhor das hipóteses, a uma função de representação. Entretanto, não são tanto as percepções mútuas da Turquia e da Europa que podem explicar a história turco-européia, mas as relações que elas induzem. A esse respeito, os discursos, como dizia Todorov, “são também os motores da história” (Todorov, 1989:14). No nosso enfoque de estudo, os discursos estatais e institucionais são sintomáticos do seguinte princípio de interação:⁶

- 1) boas relações entre os dois agentes: pedido por parte da Turquia de se aproximar da U.E. e sinais de encorajamento ou de aprovação da parte desta última;
- 2) fase de esperança por parte da Turquia de se ancorar definitivamente à Europa;
- 3) recuo da U.E. em relação às expectativas da Turquia

(isto se traduz por condições adicionadas à adesão da Turquia à U.E., por um *sim, mas*); 4) decepção por parte da Turquia (que também não mantém os seus engagements); 5) período de tensões, ou até de ruptura de relações. Um outro ciclo é retomado quando o agente Europa empreende reanimar o desejo de Europa da Turquia ou torná-lo mais uma vez possível. Durante esse ciclo esquemático, a U.E. tenta manter a Turquia nem tão longe nem tão perto da Europa, ou seja, nem dentro nem fora dela, porque precisa da Turquia por razões sobretudo geoestratégicas. Quanto à Turquia, ela quer responder ao mesmo tempo a seu desejo de ocidentalização, que a Europa encarna, e à sua necessidade de reforço nacional, que passa pela soberania e o nacionalismo do Estado turco.

A história das relações Turquia-U.E., desde a Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje, pode ser examinada em quatro grandes ciclos: 1) um ciclo em torno do tratado de Ancara, em 1962, que dá à Turquia um estatuto intermediário entre membro e Estado não-membro da U.E., e que vai da adesão ao bloco Oeste no final dos anos 1940 até a ruptura das relações turco-européias no começo dos anos 1980; 2) um ciclo em torno da solicitação de adesão da Turquia à Europa, enquanto membro-pleno em 1987; 3) um ciclo em torno do tratado da União Aduaneira, em 1995, última fase do tratado de Ancara, que termina com a cúpula de Luxemburgo, em 1997, onde as negociações de adesão se abrem a todos os países candidatos, exceto a Turquia; 4) um último ciclo, enfim, vai da aceitação da Turquia como candidata na cúpula de Helsinki, em 1999 até dezembro de 2002: os chefes de Estado da U.E. deixam para mais tarde a sua decisão quanto à abertura das negociações de adesão com a Turquia, lembrando que o respeito aos critérios de Copenhague é uma condição para essa abertura. A população turca ainda vê ali uma vaga promessa da U.E., ou até mesmo uma retirada dos seus engagements. O período mais recente vê o acesso ao poder, em 2003, e a reeleição, em 2007, do islamita Recep Tayyip Erdogan.⁷ Paradoxalmente, a derrota das elites kemalistas, que preconizavam a ocidentalização da Turquia, parece acentuar as chances turcas de aceder à U.E. Erdogan é, de fato, menos dependente da exigência nacionalista face à qual as elites kemalistas se encontravam presas, vendo em toda crítica da U.E. uma tentativa de sabotar o Estado turco. Ele parece, assim, facilitar o diálogo com a U.E. Em 2004, a U.E. pôs como data de abertura das negociações de adesão da Turquia o dia 3 de outubro de 2005. O debate acerca dessa decisão consiste em saber se ela acarreta com certeza a adesão. Em todo caso, é certo

que ela marca uma etapa importante nas relações turco-européias: a Turquia esperava isso há muito tempo, e o fato que a data não estava fixada representava aos seus olhos uma negação da sua aceitação como país candidato. Do lado da U.E., alguns viam nisso uma aceitação com ressalvas; outros, um meio de acalmar a Turquia minimizando os riscos do crescimento do fundamentalismo, ou ainda uma maneira de empurrá-la à democratização sem ter que aceitá-la como membro. Esses desentendimentos entre a Turquia e a U.E. poderiam fazer acreditar no início de um novo ciclo, ainda mais que as últimas controvérsias sobre o Chipre paralisaram as negociações de adesão entre os dois parceiros, no fim de 2006, que, contudo, foram retomadas lentamente em junho de 2007.

LUTA POR RECONHECIMENTO

Os discursos midiáticos acompanham as relações diplomáticas entre a U.E. e a Turquia, mas, sobretudo, são o motor dos debates sobre a legitimidade da entrada da Turquia na U.E. Esses discursos, na França, na Bélgica e na Turquia, são atravessados por certo tipo de interações: uma luta para identificar e reconhecer os europeus. Essa hipótese se apóia sobre várias premissas. Primeiramente, a definição da identidade européia, amplamente essencialista quando emerge explicitamente nos discursos, foi considerada, no plano epistemológico, não como uma categoria de análise (no sentido que determinaria *a priori* um pesquisador para explicar um fenômeno), mas uma categoria de identificação (no sentido vivido que ela adquire para os agentes sociais). Em seguida, o processo identitário europeu passa por discursos cujo objeto explícito não é a identidade européia, como, por exemplo, os debates sobre a inclusão da Turquia. De fato, segundo Flahault (1987:50), “toda palavra, por seu valor referencial e informativo, se formula a partir de um ‘quem sou eu para ti, quem tu és para mim’”. Além do mais, para compreender o conflito de identificações que atravessa os discursos, não basta afirmar que a Turquia é o Outro da Europa e que, toda identidade sendo feita na alteridade (Todorov, 1998), a Turquia participa para a formação de uma identidade européia. O Outro sempre escapa (dizer que o Outro é Outro, ainda é não dizer nada) e o etnocentrismo é a condição de todo olhar sobre ele (*idem*). Desde então, se evidencia indispensável cercar o que marca o etnocentrismo europeu ao qual alguns se referem para explicar a atitude da U.E. em relação à Turquia. Seria um certo orientalismo (Said, 1997) o medo do mundo muçulmano ou, ainda, um particularismo que se institui como

universal? É preciso igualmente não confundir a idéia do Outro com aquela do Outro da Europa, e se perguntar como uma identificação coletiva se constrói quando a Europa ocupa o lugar de Outro. Nesse aspecto, uma primeira análise revelou que a Turquia não é automaticamente designada, tanto pelos enunciadores dos atuais países membros da U.E. quanto pelos turcos, como o Outro da Europa. Paralelamente, nos seus discursos, inclusive nos turcos, as representações da Europa e dos europeus são relativamente estáveis e divididas: a Europa é amplamente assimilada à terra da modernidade, do desenvolvimento econômico, da democracia e dos Direitos Humanos. Se nos ativermos à lógica, a identificação do não-europeu deveria provir dessa imagem dominante, por jogo de oposições. Mas não é o que acontece no vivido e no dito pelos agentes sociais. O que significa então essa disjunção entre consenso em torno das representações da Europa e desacordo quanto ao não-europeu?

Ela é o indício de uma corrida ao reconhecimento de uma auto-identificação, aquela do europeu, em uma situação em que, paradoxalmente, essa identificação não está fixada. De fato, não se pode esquecer que cada enunciador presente, turco, belga, francês, se diz europeu, e quer por bem ser reconhecido como tal. Supõe-se então que os enunciadores, estimulados pelas discussões sobre uma Turquia europeia, utilizam certas representações da Europa, socialmente aceitas, para se afirmarem europeus diante de outros. Ou melhor, cada agente social endossa uma imagem da Europa em função da capacidade que ela terá em atrair o reconhecimento da identidade que ele se dá. Em última instância, o processo identitário que alimenta os debates sobre a Turquia e a U.E. tem por objeto a auto-identificação dos europeus (o eu), e menos a identificação dos não-europeus (os Outros). Obviamente, um não anda separado do outro nos debates. Não obstante, para os enunciadores que se querem europeus, enquanto essa identificação é ainda flutuante, o risco de não-reconhecimento (*o eu não te reconheço tal como gostarias de ser reconhecido*) é muito mais pungente.

INSTRUMENTOS TEÓRICOS

Como somente a análise das representações não dá exatamente conta da luta por reconhecimento observada nos discursos midiáticos, o nosso quadro teórico se apóia também sobre o uso, em interação, dessas representações. Ele se formou assim em torno de duas noções que nós designamos de *critérios de pertencimento* e *critérios de reconhecimento*.

Os critérios de pertencimento são princípios de identificação dos europeus e dos não-europeus que o agente social seleciona entre as representações sociais disponíveis sobre a Europa. Barth, em perspectiva construtivista e interacionista, define a identidade de um grupo como “um processo contínuo de dicotomia entre membros e *outsiders*, pedindo para ser expressa e validada na interação social”(apud Poutignat e Streiff-Fenart, 1995). O que faz uma identidade coletiva é a maneira pela qual um grupo preserva não uma substância cultural, mas as suas fronteiras, e melhor ainda, os critérios dessas fronteiras. Aliás, as fronteiras de que tratamos aqui não coincidem sempre com as fronteiras políticas, oficiais. O grupo redefine, em permanência, as suas regras para distinguir *insiders* e *outsiders*, em função da situação na qual ele se encontra. Para fazê-lo, ele escolhe certas características da sua cultura e as edifica em critérios de identificação. Examinar plenamente a corrida ao reconhecimento remete, então, a compreender quais são os critérios pertinentes de pertencimento à Europa, para cada agente social. Por exemplo, quando um enunciador argumenta contra uma Turquia na U.E., ele o faz segundo um critério religioso e cultural (uma Europa cristã), ou aquele do poder político (uma Europa pequena, porém mais forte)?

Contudo, um enunciador não adere a um só critério de pertencimento. Pois o que lhe importa é também ser reconhecido como europeu. Certamente, em função do princípio de separação que lhe parece válido. Mas parece que a necessidade de reconhecimento por si vem antes dessa preocupação. Nenhum sujeito, segundo Flahault, escapa a isso, pois a sua identidade depende disso. “Cada sujeito existe somente se ele é reconhecido como existente, e ele só atrai esse reconhecimento se produz o sinal esperado” (1987:58). Os critérios de reconhecimento emergem então no contexto, no debate, no face a face com aquele(s) a quem o enunciador pede para ser reconhecido. Esses critérios são usados pelo enunciador para fazer validar a identificação que ele se dá, aquela de europeu. Eles são um pouco como uma senha de acesso, que pode desencadear, se ela for correta, o reconhecimento. Eles são escolhidos em função dos efeitos emocionais que são suscetíveis de provocar.

É, então, aos participantes do debate que um enunciador lança um sinal de reconhecimento. Estes são considerados enquanto membros do que Gallisot chama de uma comunidade de referência e/ou uma comunidade de pertencimento. A identificação de pertencimento, segundo Gallisot, corresponde ao círculo de relações primeiras da vida cotidiana (um bairro,

uma família, um país etc.). A identificação por referência invoca uma comunidade, mais imaginária, ideal, à qual o agente social aspira e na qual ele se projeta. Esses dois procedimentos de identificação enriquecem consideravelmente a compreensão dos debates sobre a Turquia e a U.E. Eles explicam, por exemplo, por que a Turquia pode se dizer, sem que haja contradição, ao mesmo tempo europeia (em função da sua utopia sobre a Europa), e não-europeia (em função da sua identificação de pertencimento).

Em que o discurso midiático permite a corrida ao reconhecimento? No que as suas características ativam a produção de critérios de reconhecimento e pertencimento. Destaquemos que este foco de análise se afasta dos modelos racionalistas e mecânicos, nos quais as mídias são pensadas como os desencadeadores de uma identidade europeia.⁸ Primeiramente, porque ele é um discurso social específico e um receptáculo de discursos sociais difusos (Delforce, 1998), o discurso midiático carrega imagens, socialmente pertinentes, da Europa, da Turquia, dos europeus e dos não-europeus. Ele, portanto, oferece aos leitores, uma escolha de critérios de pertencimento. Em seguida, como lembram Amossy e Maingueneau, todo discurso se elabora em uma interação, em uma relação com o outro, que este seja “virtual”, como nos textos, ou não (Amossy, 2000). Desta feita, ele estimula o jogo de critérios de reconhecimento. Um editorial, por exemplo, é um diálogo divergente entre a instituição midiática e os leitores, mas também entre membros de uma comunidade imaginária (política, nacional etc.).

ESTRATÉGIAS SOB TENSÕES

Ao longo da sua participação no debate sobre a adesão da Turquia à U.E., os enunciadores desenvolvem estratégias para serem reconhecidos como europeus em função de três tensões sociais e políticas: as relações de forças simbólicas que lhes atribuem um lugar em relação uns aos outros, a necessidade de preservar os termos da sua auto-identificação e a carga afetiva que traz essas duas primeiras lógicas.

PODER DE IDENTIFICAÇÃO

Primeiramente, os agentes sociais belgas, franceses e turcos não dispõem todos das mesmas possibilidades na luta pelo reconhecimento. A sua margem de ação depende do seu “poder de identificação”, da sua “autoridade para nomear e para se nomear” (Cuched, 1996:86). De fato, para Bourdieu, um grupo em posição de dominação controla, impõe os valores e

as definições legítimas do mundo,⁹ dele mesmo (sua auto-identificação) e dos outros. Inversamente, um grupo dominado terá tendência a se submeter à identidade que lhe é dada.¹⁰ Ele a assimilará ou a rejeitará sem jamais poder se desfazer dela por completo. A partir dessa perspectiva, dois sistemas de relações se desenham nos discursos estudados. No primeiro, grupos intra-Europa ou grupos intra-Turquia disputam entre eles o monopólio de critérios de pertencimento. O segundo é, dessa vez, uma relação assimétrica entre a Turquia e a Europa, na qual o enunciador turco depende do poder de identificação dos europeus.

A luta para fixar os princípios legítimos de identificação dos europeus se passa, sobretudo, entre diferentes grupos do mesmo espaço nacional. Estes se delimitam pela sua convicção do que deveria ser a Europa. Nos artigos franceses e belgas, uma competição opõe o enunciador, portavoz de uma comunidade de referência, e os partidários de comunidades de referência alternativas (por exemplo, Europa potência vs Europa ampliada, Europa política vs Europa enquanto mercado livre etc.). Da mesma forma, durante entrevistas, os entrevistados defendem uma visão da Europa e da Turquia, em função dos contra-argumentos que eles supõem ser aqueles de seus adversários. Os grupos debatem ou brigam entre eles para dominar e para impor os critérios de pertencimento à Europa. Nesses conflitos, o lugar da Turquia (fora ou dentro da U.E.) pesa pouco em si. Se ela está em jogo na discussão, é porque ela permite favorecer, ou não, utopias européias. Por exemplo, os jornalistas franceses e belgas aspiram, em maioria, a uma Europa de potência, cujos critérios de pertencimento são um elevado desenvolvimento econômico e político, a partilha da cultura cristã, e, sobretudo, a participação em uma supremacia. Eles invocam então uma Europa sem Turquia, ameaça para os atuais detentores do poder político e do poder de identificação (já que somente os *já* europeus dizem quem, entre os candidatos à adesão, pode ser recebido). Nos debates, para ganhar a validade dessa fronteira, eles se colocam em posição de autoridade em relação àqueles que não compartilham essa visão da Europa, lembrando o seu pertencimento aos países fundadores da U.E., destacando a sua paixão pela Europa. Ao mesmo tempo, eles parecem esperar dos outros um ato de submissão, o que ao mesmo tempo é uma estratégia de luta e o sinal de um pedido de reconhecimento.

Voltemos à relação de forças simbólicas que une, dessa vez, os turcos e a U.E. Os turcos são dependentes do poder de identificação euro-

peu. De fato, o seu contrato identitário nacional, desde a revolução cultural de 1923, feita por Atatürk, se pensa através de uma comunidade de referência, a Europa, que encarna o que eles queriam se tornar (uma terra de modernidade, de civilização e dos Direitos do Homem). Em consequência, a Turquia precisa de um sinal de aceitação da U.E., para poder aceder realmente a ela mesma. “Aquele a quem eu peço que me reconheça, se eu peço a ele e não a outro, é porque ele me parece encarnar melhor que um outro o critério, o sinal em relação ao qual eu situo o meu eu, e, por conseguinte, segundo o qual eu desejo ser reconhecido” (Flauhault, 1987:65). Para atrair o reconhecimento dos europeus, os turcos demonstram, antes de mais nada, a sua submissão à autoridade simbólica desses últimos. Eles retomam por conta própria os discursos que os europeus mantêm acerca da Europa. Esta se distinguiria assim pela sua qualidade de modelo inegável, de terra de exceção cultural, histórica. Os jornalistas turcos também definem a Europa pela sua especificidade religiosa, que seria a cristandade, mesmo se isso não permite argumentar em favor da entrada da Turquia na U.E. Por que eles reforçam imagens da Europa *logicamente* excludentes para a Turquia? No momento que eles o fazem, e além do conteúdo cognitivo dessas representações, eles reconhecem a autoridade da Europa para se nomear ela mesma e denominar os outros. Aqui, estamos diante não de uma submissão passiva, mas de um ato de consentimento, ou até mesmo um ato de sedução. Em outros termos, os turcos dizem à Europa: “se eu te reconheço tal como tu queres ser reconhecido, tu acabarás me reconhecendo também, e isso além da identidade que te dás e da identidade que me dás hoje”. Além do mais, e de maneira menos freqüente, para ganhar o reconhecimento, os enunciadores turcos identificam a Turquia tal como o faz a Europa: como um país atrasado politicamente e economicamente. Isso denota uma “aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada etc.) da definição dominante da sua identidade” (Boudieu, 1980:69). Se eles insistem sobre os progressos da Turquia, é para dar “a imagem menos distante de si possível e da identidade legítima” (*idem, ibidem*), e para não esgotar toda possibilidade de reconhecimento. Observemos que alguns procuram se desfazer da imagem negativa que a U.E. lhes atribui, retribuindo o elogio, dizendo: a Turquia respeitaria mais os Direitos do Homem do que alguns Estados membros da U.E.; a religião muçulmana seria mais aberta às outras crenças do que a religião cristã etc. Ainda que os julgamentos de valor se invertam, a escala de medida continua europeia, mostrando ali também a submissão ao poder de identificação europeu.

UMA ALTERIDADE ESTRATÉGICA

Relações de força simbólicas condicionam o modo como os agentes sociais, franceses, belgas e turcos lutam para serem reconhecidos como europeus. Entretanto, a própria discussão sobre a adesão da Turquia à U.E.¹¹ orienta as suas estratégias, notadamente quando, aos seus olhos, ela desliza na direção de um risco de não-reconhecimento. A percepção desse perigo provém de uma reavaliação ou dos eventos políticos ou da atitude do outro enunciador na interação¹². Confrontados com a perda do reconhecimento que eles acreditam iminente, os enunciadores visam a proteger o fundamento da sua auto-identificação: a designação que eles fazem do Outro. O Outro deve continuar a ser aquele que eles conhecem, aquele que lhes atribui uma identidade que lhes convém. Ele deve permanecer um recurso identitário, uma “alteridade estratégica” (Badie, 1996:237). É assim que podemos compreender, como veremos daqui a pouco, os processos de dicotomização entre *insiders* e *outsiders* presentes nos discursos estudados.

Diante das reticências européias, os enunciadores turcos distinguem a U.E., que se torna então o Outro da Turquia, da sua comunidade de referência, *Europa*. Para evitar que o seu princípio de identificação (“nós somos turcos se nos tornamos europeus”) se anule, para *ne pas perdre la face*, eles fazem da Europa não mais uma condição identitária, mas um recurso identitário. O que remete a dizer: “se nós somos como os europeus, então seremos realmente turcos”. Por exemplo, para *Zaman*, jornal de orientação islâmica moderada, sustentar a adesão à U.E. é contrariar a repressão do governo turco em sentido oposto dos muçulmanos, e lutar em definitivo pelo seu grupo de pertencimento (aquele dos muçulmanos). Eles propõem aos seus leitores a equação seguinte: adesão à U.E. = proteção das liberdades e dos direitos fundamentais = liberdade de praticar e de expressar a fé muçulmana. A Europa, em virtude de sua imagem de terra de liberdade e de respeito dos direitos fundamentais, é então aqui instrumentalizada em um contexto interno de tensões identitárias.

País fora da família européia, longe dos padrões da democracia européia, *especial, diferente*, muçulmano, a Turquia fornece características que os jornalistas franceses e belgas recompõem para afastá-la da comunidade européia com a qual eles se identificam. Recurso identitário, argumentativo, a Turquia lhes é necessária. Ela lhes permite conservar intactos os termos da sua auto-identificação, sem os quais eles se sentiriam perdidos. Assim, quando a sua visão da Europa é questionada por outros

projetos de Europa possíveis, eles reafirmam a alteridade da Turquia e bloqueiam todo novo olhar que emerge sobre ela. Os jornalistas evitam que a Turquia possa parecer um outro Eu (diferente, porém igual aos países europeus). As descrições avaliativas dos enunciadores levam a essencializar a sua dimensão religiosa e cultural, a fazer dela um Outro absoluto. Nos artigos analisados, se a Turquia é designada como um Outro da Europa (ela é apresentada como membro indesejável ou sintoma de uma Europa em perdição), ela o é menos em relação à comunidade de pertencimento *Europa* do que em relação a diferentes comunidades de referência *Europa*. Ela encarna então uma espécie de alteridade relativa a um projeto de uma certa Europa. Mas a alteridade relativa responde também a uma necessidade identitária. Por exemplo, os jornalistas belgas consideraram a Turquia para sustentar a sua comunidade de referência, uma Europa aberta e significativa, como um fator de risco em 1997 e em 1999, e depois como um elemento positivo em 2004, quando a imagem de uma Turquia muçulmana se encaixa perfeitamente naquela de uma Europa multicultural e pacífica.

LÓGICA EMOTIVA

Além das relações de força simbólicas e os riscos que nascem da discussão, a luta pelo reconhecimento reage a uma força emotiva intensa, e isso de várias maneiras. Primeiramente, observamos a emoção dos entrevistados turcos quando eles respondiam à questão “você se sente europeu?” (e não à questão “você é europeu?”), ou quando eles lembravam os valores que eles atribuem à Europa (a cultura, os Direitos Humanos, por exemplo). Essa emoção pode ser compreendida como o sinal do poder de atração dessas referências, simplesmente do seu poder, e como o desejo, da parte dos entrevistados, de fazer parte disso. Aliás, não é um acaso se, na Turquia, dizer “isso é europeu” significa dizer “isso é excelente”. Em segundo lugar, é pela pertinência emocional da sua argumentação que vários enunciadores procuram convencer os outros da sua opinião sobre a entrada da Turquia na U.E. Um jornalista concluirá a sua descrição dos candidatos à adesão pela frase: *tudo isso é básico, mas é mesmo assim verdadeiro, hein*; como se o seu discurso se justificasse antes de tudo pela emoção que ele provocava. Além do mais, o critério cultural e religioso de pertencimento à Europa, retomado sobretudo a partir da cúpula de Bruxelas em 2004, parece ter aumentado de poder graças a um contexto internacional que lhe é propício, e porque, desde então, ele permitia, talvez mais do que

um outro, uma mobilização afetiva, uma partilha do sensível. Além de um efeito de conjuntura, podemos ver ali a marca contemporânea da construção do político. A lógica emocional permite também compreender o que pode parecer como uma dupla escala de valores, de critérios, para identificar a Europa e a Turquia. Assim não há laços de causa e efeito na maneira de identificar uma e outra, mas uma pertinência afetiva que vale para cada uma delas. Por exemplo, um jornalista identificava a Turquia segundo o seu *atraso* econômico e recusava a sua entrada na U.E., que ele identificava, no entanto, pelo seu multiculturalismo. De outro lado, a Turquia pode ser às vezes designada segundo a sua cultura muçulmana para justificar porque ela continua fora da Europa, enquanto que, ao mesmo tempo, a Europa é identificada pela sua potência, e não pela sua característica cristã.

A dinâmica afetiva que irriga o tema da adesão da Turquia na U.E. destaca também que um verdadeiro encontro com o Outro é inevitavelmente imprevisível. Pois, em uma interação, como lembram as relações turco-européias, ninguém pode agir no lugar do outro sem que ele seja atingido no seu lugar. Não se trata somente de mudar o seu olhar sobre o Outro. Trata-se mais ainda de se deixar aproximar por este, expor uma identidade que acreditávamos possuir, de se arriscar a um intermédio e a todas os deslocamentos possíveis.

GAELE RONY é professora visitante do curso de Pós-graduação da ECO/UFRJ.

NOTAS

1 Escolhemos entrevistar jornalistas do *Le Monde* e *Libération*, para a França, de *La Libre Belgique* e do *Soir*, para a Bélgica, de *Milliyet*, de *Hürriyet*, de *Sabah*, de Zaman, de *Cumhuriyet*, de *Radikal*, para a Turquia.

2 Esses periódicos representam, enquanto discurso social específico e receptor desses discursos, zonas políticas e ideológicas distintas e primordiais do espaço público nacional.

3 Essas cúpulas, que delimitam nosso corpo de imprensa escrita, trataram da ampliação da U.E. em geral, e de uma eventual ampliação da U.E. à Turquia em particular.

4 Como diz Todorov, “... os discursos são, eles também, eventos, motores da história, e não somente representações. (...) [As idéias] tornam os atos possíveis; em seguida elas permitem que elas sejam aceitas: são atos decisivos” (1989:14).

5 Esses critérios, definidos em 1993, encobrem três aspectos. Os critérios de tipo político exigem que o país candidato goze de instituições estáveis e democráticas, respeite os Direitos do Homem, respeite e proteja as minorias. Os critérios de tipo econômico correspondem à existência de uma economia de mercado e à capacidade de poder fazer frente à concorrência e ao mercado da União. Enfim, o candidato deve ser capaz de manter as responsabilidades de membro, o que implica em aderir aos objetivos políticos, econômicos e monetários da União.

6 Acerca dessa questão, ver, por exemplo: Önis (2000); Diez e Buzan (1999).

7 Em 3 de novembro de 2002, o AKP, herdeiro do partido islamita RP, dissolvido em 1998, ganha as eleições legislativas. É em março do seguinte ano que seu líder é encarregado de formar um governo.

8 Ou eles trabalhariam na criação de um espaço público europeu e que permitiria então automaticamente uma identidade européia, ou provocariam uma forte adesão à Europa ao informar cada vez mais e melhor sobre a Europa (apesar dos diversos fracassos das instituições européias da política de informação e de comunicação).

9 Um grupo dominante dispõe de um capital simbólico forte e do controle dos critérios da sua autoridade, da sua visão do mundo e das suas identificações. A posição de dominação de um grupo provém, como em todo campo, da “luta pelo poder” e da “luta pela legitimidade”. Esse último tipo de luta, ao qual voltaremos, visa

à definição dos critérios que fazem a autoridade dos dominantes. O primeiro tipo de luta, a luta pelo poder, visa à “apropriação de um capital específico”. Esse capital, mesmo se ele é preciso a cada campo, concentra-se sempre em dois grandes conjuntos: o capital econômico e o capital simbólico. Mais ainda, diz Bourdieu, todo capital econômico, para ter valor, deve ser traduzível, transformável em capital simbólico. Esse último é o reconhecimento que um indivíduo/grupo recebe de um grupo, “ou seja, uma espécie de adiantamento, de desconto, que somente a crença do grupo pode dar àqueles que lhe dão mais garantias materiais e simbólicas” (Mounier, 2001: 87-88, citando Bourdieu).

10 Lembremos que, no processo de representações e de relações que é a identidade, duas identificações estão em obra: a auto-identificação, a identificação que um agente faz dele mesmo e a identificação que o outro lhe reenvia, lhe designa, e que nem sempre corresponde com a sua própria imagem, a hetero-identificação.

11 Como lembra Windisch no seu estudo sobre os discursos políticos acerca da imigração: “a comunicação política não consiste simplesmente em um nivelamento entre posições políticas opostas sobre um dado problema político; a discussão faz evoluir tanto as posições presentes, quanto as relações de força da própria natureza do objeto em discussão” (2002).

12 Aquilo que Van Dijk (2001) chama de context model e l’event model. Acerca dessa questão, ver pp. 108-113.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. *L'Argumentation dans le discours*, Paris: Nathan Université, 2000.
- BADIE, B. “L'Occident et le monde musulman”, in BADIE B. e SADOUN M. (org.), *L'autre*, Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996, p. 237-250.
- BOURDIEU, P. «L'Identité et la représentation, éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région», *Recherche en Sciences Sociales*, n° 35, 1980, p. 63-72.
- CUCHE, D. *La Notion de culture dans les sciences sociales*, Paris: La Découverte, 1996.
- DELFORCE, B. “L'Exclusion à l'antenne: enjeux sociaux et contraintes médiatiques”, atas do colóquio “Télévision et exclusion: quelles images de la précarité?”, *Chrétiens médias*, Paris, 28 et 29 avril, 1998, p. 1-23.
- DIEZ, Th. e BUZAN, B. “The European Union and Turkey”, *Survival*, vol. 41, n° 1, 1999, p. 41-57.
- FLAHAULT, F. *La parole intermédiaire*, Paris: Seuil, 1987.
- MOUNIER, P. *Pierre Bourdieu, une introduction*, Paris: Pocket/La Découverte, 2001.
- ÖNIS, Z. “Luxembourg, Helsinki and beyond: towards an interpretation of recent Turkey-EU relations”, *Government and opposition*, vol. 35, n° 4, 2000, p. 463-483.
- POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Théories de l'ethnicité*, Paris: PUF, 1995.
- SAID, E. W. *L'Orientalisme, l'Orient créé par l'Occident*, Paris: Seuil, 1997.
- TODOROV, T. *Nous et les autres, la réflexion française sur la diversité humaine*, Paris: Seuil, 1989.
- VAN DIJK, T. A. “Multidisciplinary CDA: a plea for diversity”, in WODAK, R. e MEYER, M. (org.), *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage Publications, 2001, p. 95-120.
- WINDISCH, U. *Suisse-immigrés, quarante ans de débats 1960-2001*, Lausanne: L'Age d'Homme, 2002.